

Objeto e Método em Ciência Econômica :

Reflexões de um Economista

André Franco Montoro Filho(**)

1. OBJETO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Um dos mais antigos problemas em Economia diz respeito à colocação da ciência econômica no quadro geral das ciências. Na pré-história da Economia, a atividade econômica do homem era tratada e estudada como parte integrante da Filosofia: Filosofia Social ou Moral. Vários autores, anteriores a Adam Smith, discutiram problemas econômicos no contexto de um sistema geral de organização das atividades humanas. Economia para eles não era uma ciência independente, mas sim integrada em outras disciplinas. Nesse sentido, a atividade econômica deveria se orientar de acordo com alguns princípios gerais de justiça e igualdade. Os conceitos de **preço justo** em S. Tomás de Aquino, ou de **troca de equivalentes** em Aristóteles, encontram sua justificativa em termos morais, e não em um estudo sistemático das relações econômicas.

(*) Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada como Trabalho para Discussão Interna no Instituto de Pesquisas Econômicas.

(**) O Autor é professor do Instituto de Pesquisas Econômicas.

A condenação do juro ou da usura nas doutrinas escolásticas é baseada no mesmo tipo de consideração⁽¹⁾. Por exemplo, Tomás de Aquino declarou que o juro é um “pagamento pelo tempo e, como o tempo é uma dádiva divina sobre a qual todos têm um direito natural, nenhum pagamento pode ser justificado”. Em geral, os escritores escolásticos consideravam as questões econômicas sob a ótica de diferentes tipos de contratos e cuja justiça discutiam. Adotando a hoje usual distinção entre economia positiva e normativa, estes escritores devem ser classificados no segundo grupo (estes conceitos são discutidos adiante). É interessante notar que as Encíclicas Sociais da Igreja Católica, especialmente **Rerum Novarum**, **Quadragesimo Anno** e **Mater et Magistra**, em seus aspectos econômicos são manifestações dessa linha de raciocínio. A Igreja Católica não procura estudar os aspectos analíticos da atividade econômica, porém formula alguns princípios que devem ser observados pelos sistemas econômicos e que correspondem a aplicações da Filosofia Moral Cristã às relações econômicas entre os homens e nações.

Nos séculos XVII e XVIII, e mesmo antes, muitos autores começaram a se dedicar ao estudo analítico da atividade econômica. Entretanto, até o século XIX, ou melhor, até Adam Smith, não havia uma distinção clara entre Filosofia Moral e Teoria Econômica. BLAUG [1] comenta:

“(…) Não se pode afirmar que Adam Smith seja o fundador da Economia Política. Cantillon ou Quesnay ou Turgot têm mais direito a esta honra. Entretanto os **Ensaio**s de Cantillon, os **Artigos de Quesnay** e as **Reflexões** de Turgot são na melhor das hipóteses longos panfletos, ornamentos para a ciência e não uma ciência real. **Um Inquérito na Natureza e Causas da Riqueza das Nações** é o primeiro tratado geral em Economia, contendo sólidos princípios das teorias da produção e distribuição, sob cuja luz se segue uma revisão do passado e concluindo com uma bateria de recomendações políticas, em sua totalidade inspiradas neste óbvio e simples sistema de liberdade natural, para o qual Adam Smith via o mundo se dirigindo”.

(1) É interessante observar que leis religiosas judaicas e muçumanas também condenam a usura. V., por exemplo, o artigo de Ephraim KLEIMAN — «Indexação e Correção Monetária: Experiência Brasileira e Experiência Israelense» — **Estudos Econômicos**, 6 (1), nota de rodapé n.º 4.

Cumpra lembrar que Smith era professor de Lógica e Filosofia Moral, tendo escrito, além da **Riqueza das Nações**, a **Teoria dos Sentimentos Morais** (1759) e **Ensaio sobre Questões Filosóficas** (publicados em 1795).

Os economistas clássicos seguiram Smith na distinção entre Economia e outras ciências sociais. Apesar de existirem muitas implicações normativas no pensamento clássico, seu tema central pertence à ciência positiva, situando-se o interesse primordial na análise abstrata das relações econômicas, com a finalidade de descobrir leis gerais e regularidades de comportamento. Os pressupostos morais e as consequências sociais dessas atividades não ocupam lugar de realce nesta teoria. Mais que todos se destaca Ricardo. Caso consideremos a Teoria Econômica como uma forma de análise, um método de pensar, Ricardo literalmente inventou a técnica dos economistas, tendo, a partir de algumas generalizações, produzido vários dos mais expressivos modelos de toda a história da Economia⁽²⁾. Usando poucas variáveis estratégicas, Ricardo construiu simples modelos analíticos e destes derivou importantes implicações políticas.

A Teoria Econômica moderna trocou seus exemplos numéricos por elegantes demonstrações matemáticas mas, em sua maioria, os economistas de hoje ainda empregam o modo de raciocinar que Ricardo tornou familiar. Nem todos, entretanto, consideram este método adequado. Schumpeter denominou o hábito de aplicar abstrações simplificadas à solução dos problemas práticos de "Vício de Ricardo". E, para a Escola Histórica e para os Institucionalistas Americanos, Ricardo foi o símbolo de tudo o que é detestável na economia ortodoxa.

Outra corrente contrária ao ponto de vista de Ricardo é representada pelos Socialistas. Um dos primeiros a criticar a abordagem ricardiana foi Sismondi, cujo pensamento, em linhas gerais, é compartilhado pelos socialistas da primeira metade do século XIX. Para eles Smith procurou estudar cada fato à luz de seu próprio ambiente social e a **Riqueza das Nações** representa, na verdade, o produto de um estudo filosófico da humanidade. Ricardo, entretanto, é acusado de haver introduzido o método abstrato em uma ciência onde todos os fatos

(2) Entre estes se destacam a teoria da Renda da Terra e a teoria das Vantagens Comparativas.

são inter-relacionados, e onde se dá um passo em falso sempre que um fato é individualizado e a atenção concentrada sobre ele isoladamente.

A ciência econômica deveria se basear na experiência, na história e nas observações da realidade. Sismondi estava convencido de que o frequente uso de generalizações em ciências sociais foi responsável por sérios erros metodológicos. Não foi só na questão de método que se opôs à escola clássica, mas também no que se referia aos objetivos da ciência econômica. Para os clássicos, Economia é a ciência da **riqueza**, enquanto Sismondi entende que o objetivo real da ciência deva ser o homem, e considerar a riqueza por si só, esquecendo o homem, seria certamente um princípio errôneo. Por essa razão atribuiu grande proeminência à teoria da distribuição, da mesma forma que Marx o fez posteriormente.

Outro socialista do século XIX, Saint-Simon, em sua **Doutrina** escreveu:

“A maioria dos economistas (...) considera a propriedade como um fator fixo cuja origem e progresso estão fora de sua análise e somente sua utilidade social é considerada. A concepção de uma ordem social distinta lhes é alheia”

Os economistas clássicos, de acordo com Saint-Simon e seus seguidores, consideram a propriedade uma instituição aceita sem discussão. É um dado do problema. A divisão da propriedade e a herança, as causas de sua acumulação em poucas mãos, as consequências de sua existência são discussões alheias à teoria econômica. Para os clássicos, distribuição da riqueza significa a distribuição da Renda Nacional entre os fatores de produção. Interessam-se somente por preços como salários ou taxa de juro, e assim a teoria da distribuição é somente uma aplicação da teoria de preços ao mercado de serviços. Não prestam atenção aos indivíduos. O Produto Nacional é visto como dividido entre fatores impessoais, como terra, capital e trabalho, de acordo com algumas leis naturais. Somente por conveniência de exposição personalizam estes fatores em trabalhadores, capitalistas e proprietários, mas sem alterar a tendência geral do argumento.

Caso se aceite, como os saint-simonianos ou socialistas em geral, que o principal problema econômico reside na distribuição, consistindo especialmente em como a propriedade é distri-

buída, as questões importantes para a ciência econômica se referem a porque algumas pessoas têm propriedades e outras não, porque a terra e o capital devem ser tão mal distribuídos e a renda resultante dessa distribuição ser tão desigual. Ao invés de considerações abstratas sobre fatores de produção, os socialistas desejam estudar as instituições existentes, nas quais as relações econômicas se realizam.

Outra diferença essencial entre os socialistas e a Escola Clássica, no século XIX, consiste nas diferentes formas por que se enfocam as divergências e a oposição entre o interesse geral e o interesse dos indivíduos. Para a Escola Clássica, a oposição se dá entre consumidores e produtores (ou entre oferta e procura). A partir deste ponto de vista, os economistas clássicos derivaram algumas leis científicas que, se plenamente verdadeiras, levariam o sistema econômico a uma perfeita harmonia. E mais, o interesse público ou geral é totalmente realizado somente quando os consumidores são satisfeitos. Segundo os socialistas, os economistas clássicos ficaram tão satisfeitos com a demonstração que tinham feito da forma pela qual as forças econômicas, como a concorrência, limitavam o egoísmo individual e realizavam o interesse coletivo, que nunca discutiram as limitações destes mecanismos, e outros problemas relacionados com o funcionamento do sistema.

Os socialistas, por outro lado, viam o conflito essencialmente entre trabalhadores e capitalistas. O interesse coletivo é o interesse dos trabalhadores. Assim, a sociedade deveria ser organizada de acordo com o interesse dos trabalhadores, e o interesse geral só se realizaria plenamente quando recebessem totalmente sua parte no produto social. O mesmo é verdade para Marx e para os marxistas. Eles não argumentam, por exemplo, que a teoria ortodoxa dos preços seja errada, mas simplesmente que seus achados não são interessantes. Os debates entre marxistas e economistas ortodoxos invariavelmente resultam na discussão sobre a natureza das questões pertinentes à Economia. Quando tratam das mesmas questões, ambas as teorias não diferem significativamente.

As diferenças surgem em decorrência dos pressupostos que cada teoria entende apropriados à análise dos problemas. Por exemplo, em relação à teoria da distribuição, os marxistas consideram ilegítimo supor a distribuição da propriedade como um dado do problema, dada sua não independência da determinação dos salários e lucros. E, somente com a especificação das

relações de propriedade, é que se poderia explicar o comportamento histórico do sistema capitalista. Os marxistas consideram que, devido a seu exagerado nível de abstração, a “teoria econômica burguesa” não discute os problemas fundamentais da organização econômica. Assim, construíram uma teoria mais “realista”. Entretanto, a Economia Marxista paga um alto preço por este maior “realismo”. Oscar Lange [9] é claro a respeito:

“Imaginemos duas pessoas: uma que tenha aprendido economia somente através da Escola Austríaca, Pareto e Marshall, sem nunca ter ouvido ou visto uma sentença de Marx e seus discípulos; a outra, ao contrário, aprendeu exclusivamente através de Marx e dos marxistas e nem suspeita que possa haver economistas não marxistas. Qual dos dois é mais capaz de analisar as tendências fundamentais da evolução do capitalismo? Colocar esta pergunta é respondê-la. Entretanto esta superioridade da economia marxista é parcial. Existem certos problemas que a economia marxista é incapaz de resolver enquanto a economia burguesa os resolve facilmente. O que a economia marxista pode dizer sobre os preços de monopólio? O que pode dizer sobre os problemas fundamentais da teoria monetária e do crédito? De que instrumental dispõe para analisar a incidência de um imposto ou os efeitos de uma inovação tecnológica sobre os salários? E, ironia do destino, em que pode contribuir para a solução do problema de distribuição dos recursos produtivos em uma economia socialista? Claramente os méritos relativos da economia marxista e da moderna teoria econômica burguesa residem em diferentes campos. A economia marxista pode analisar a evolução econômica do capitalismo em termos de uma teoria consistente, enquanto os economistas burgueses não vão além de uma mera descrição histórica. De outra parte, a economia burguesa é capaz de analisar os fenômenos do dia-a-dia da economia capitalista de uma forma muito superior a tudo o que o marxismo pode produzir. E mais, as previsões que se deduzirem dos dois tipos de teoria econômica se referem a diferentes períodos. Caso se deseje prever o desenvolvimento do capitalismo a longo prazo, o conhecimento do marxismo representa ponto de partida muito superior ao conhecimento de Wieser, Bohm-Bawerk, Pareto, ou mesmo Marshall (apesar de este último ser, neste aspecto, muito superior). Todavia, cons-

titui uma base pobre para dirigir um banco central ou para prever os efeitos de uma mudança na taxa de desconto”

Antes de analisar, sob este aspecto, a teoria econômica neoclássica, é interessante rever as linhas gerais do pensamento clássico. Para Ricardo, Smith ou Mill, os problemas econômicos eram simplificados vistos com um contraste entre uma dada quantidade de terra e uma crescente quantidade de trabalho e capital. A função da Economia era mostrar os efeitos de mudanças na quantidade e qualidade de trabalho empregado sobre a taxa de crescimento do produto social. Sendo este crescimento uma função da taxa de retorno do capital, a tendência secular do preço dos fatores e das fatias distributivas surge como elemento-chave do processo econômico. A ênfase se situava na acumulação de capital e no crescimento econômico, dada a infra-estrutura institucional, especialmente a propriedade privada. Para os clássicos a concorrência era boa, porque aumentava os mercados, permitindo melhora na divisão de trabalho. O bem-estar econômico era considerado como aproximadamente proporcional ao volume de produção.

Após 1870, todavia, com Menger, Jevons, Walras, Pareto, Marshall, Wicksell e outros, a ênfase se transferiu para o problema de alocação. Dada a oferta de fatores produtivos (determinada à parte do sistema, ou melhor, fora do escopo da análise) e dados os gostos e preferências dos consumidores, a essência do problema econômico passou a girar em torno da busca de condições nas quais os serviços produtivos são alocados otimamente entre usos alternativos, no sentido de maximizar a satisfação dos consumidores. Esta abordagem não leva em consideração aumentos na quantidade e qualidade dos recursos, assim como a expansão dinâmica dos desejos dos consumidores, que constituíam para os clássicos condição “sine qua non” para melhoras no bem-estar econômico. Pela primeira vez a Economia realmente se tornou a ciência que estuda a relação entre dados fins e dados meios com usos alternativos. A teoria clássica do desenvolvimento econômico foi substituída pelo conceito estático de equilíbrio geral. Como Jevons [6] colocou,

“O problema da Economia é, dada uma certa população, com várias necessidades e poder de produção, possuindo uma dada quantidade de terra e outros recursos produtivos, encontrar o modo de empregar o fator trabalho de forma a maximizar a utilidade do produto”

Deve-se notar que o papel dominante da substituição na margem, dentro da teoria neoclássica, é um dos grandes responsáveis pelo aparecimento de explícito raciocínio matemático na ciência econômica.

Desde a contribuição de Harrod em 1939, **An Essay in Dynamic Theory**, a teoria econômica tradicional voltou a se dedicar aos problemas de crescimento e desenvolvimento. Nesse mesmo período, a análise dinâmica se desenvolveu e as conclusões da abordagem estática foram, em sua maioria, generalizadas em contexto dinâmico.

Como esperamos ter mostrado neste esboço histórico, não existe uniformidade de pensamento a respeito de quais problemas pertencem ou não ao campo da teoria econômica, e do nível de abstração que se deva utilizar. Persistem, dentro da História do Pensamento Econômico, controvérsias sobre o objeto da ciência econômica.

Em um esforço de síntese pode-se afirmar que a discussão se centraliza na possibilidade ou não de isolar o fato econômico dos outros aspectos da realidade social. Para alguns o inter-relacionamento dos fatos sociais é de tal importância, que a tentativa de separar a ciência econômica e limitar o seu campo de atuação se torna impossível, pois conduziria a análises viesadas, ou mesmo falsas, da realidade. Outros, mesmo aceitando um estreito relacionamento entre os diversos aspectos da realidade de análises particulares, justificando-se dessa forma o uso de algumas abstrações e a concentração do esforço em tópicos isolados. Para estes, análises globais, em virtude da complexidade do fato social, são impossíveis. O conhecimento da realidade deve ser realizado a partir do estudo aprofundado de suas características específicas, uma das quais se situa no aspecto econômico. Destas considerações se origina e justifica a existência de uma Ciência Econômica particular e independente de outras ciências sociais.

Uma posição eclética, de grande aceitação entre os economistas atuais, entende que existem dois problemas distintos que justificam duas abordagens. Um deles reside no entendimento das relações econômicas per se e do comportamento dos diversos agentes diante de uma variada gama de situações ditas econômicas. Estes problemas podem ser pesquisados isoladamente, abstraindo-se da análise o inter-relacionamento entre estas re-

lações e as demais relações sociais. Como exemplo, pode-se citar o estudo do impacto (incidência) de um imposto ou os efeitos de um aumento na oferta de moeda.

O outro tipo de preocupação é referente ao estudo global de sistemas econômicos em sua perspectiva histórica e social. Para este tipo de análise é, obviamente, indispensável a consideração conjunta de aspectos diversos da realidade, permitindo, sem embargo, a concentração do estudo em alguns aspectos considerados como os mais importantes. Casos típicos desta classe de problemas são, por exemplo, o estudo de nível de desenvolvimento entre nações ou a análise histórica da evolução de economias de mercado. Ainda segundo este ponto de vista, as duas abordagens devem ser complementares e não compartimentadas. Assim, por exemplo, um estudo mais abrangente sobre a distribuição de renda no Brasil deveria incluir não só aspectos puramente econômicos do problema, como os efeitos da política salarial, importância da diferença de qualificação na força de trabalho etc., como também considerações de ordem social e política que sejam relevantes para a análise.

A seguir tratar-se-á mais especificamente o problema de metodologia dentro da perspectiva de validade da existência de uma ciência econômica "isolada" das demais ciências sociais. Esta análise terá como ponto de referência as idéias de dois famosos economistas: Tjalling C. KOOPMANS [7] e Milton FRIEDMAN [3].

2. METODOLOGIA ECONÔMICA

J. R. HICKS [5], criticando a metodologia comumente empregada na teoria econômica, afirma que "Economia Pura tem, de uma forma marcante, tirado coelhos de dentro de uma cartola — proposições aparentemente a priori as quais aparentemente se referem a realidade" KOOPMANS [7] adicionalmente argumenta que encontramos em Economia, mas não em algumas ciências físicas, os processos de raciocínio e de referências aos fatos bastante interligados. Para ele, esta informalidade em Economia decorre de os fatos da vida econômica estarem sempre ao nosso redor, o que, se de um lado apresenta vantagem, de outro tem criado problemas para o desenvolvimento científico da teoria econômica.

Procurando contribuir para seu aprimoramento metodológico, Koopmans propôs um “estrutura de postulados para a teoria econômica” Esta estrutura reza que teorias científicas devam começar com alguns postulados, os quais não constituem conclusões de partes anteriores da análise. Estas hipóteses ou axiomas, como se discutirá adiante, dever-se-ão derivar de observações do mundo ou, ao menos, não estar em contradição com a realidade. Tais postulados contêm certos termos representativos ou contrapartes na análise de pessoas, organizações, coisas, ações ou estados encontrados no mundo da observação. Para evitar confusões é interessante apresentar descrições ou interpretações ou definições destes termos. Munido dos postulados e das definições, o cientista está então capacitado a desenvolver o raciocínio, usando para isso as regras da lógica e, onde apropriado, o auxílio de técnicas matemáticas. Por meio desse raciocínio, é possível mostrar que, ou os postulados estão em contradição consigo próprios, e nesse caso é preciso mudá-los e procurar um conjunto alternativo de postulados, ou não estão. Neste último caso obtêm-se algumas implicações ou conclusões da análise (ou dos postulados).

Neste ponto cumpre fazer uma distinção entre uma análise positiva —explanatória ou descritiva — e uma normativa ou prescritiva. Apresentar-se-ão duas interpretações destes termos. Koopmans escreve:

Elas diferem apenas na motivação da busca das conclusões e no uso feito destas conclusões. Em análise explanatória, o que se procura em uma conclusão ou predição é a possibilidade de testá-la, isto é, a verificação ou refutação pela observação (...) Em análise normativa, os propósitos da análise não são limitados aos testes empíricos do conjunto de postulados e nem ao menos precisam incluir este objetivo. O novo propósito é o de recomendar, a uma ou mais pessoas ou organizações ..., uma alternativa ou uma forma de agir que se espera servir a seu ou seus objetivos melhor, ou ao menos tão bem, quanto outras alternativas possíveis”

Estas recomendações não são sempre passíveis de confrontação empírica e, assim, nesses casos a recomendação é tão boa quanto os postulados dos quais é derivada. Isso entretanto não deve significar que tal tipo de análise não seja importante.

Uma opinião mais radical é encontrada em FRIEDMAN [3]. Ele inicia seu artigo dizendo:

“Em seu admirável livro **Escopo e Método da Economia Política**, John Neville Keynes distingue entre uma ciência positiva. . . , um corpo de conhecimento sistemático relativo ao o que é; e uma ciência normativa ou reguladora. . . , um corpo de conhecimentos sistematizados discutindo critérios do que deve ser,. . . uma arte, um sistema de regras para se atingir um dado fim, e comenta que a confusão entre eles é comum e tem sido a causa de muitos erros, e recomenda como muito importante o reconhecimento de uma distinta economia política como ciência positiva”

Ao analisar as relações entre Economia positiva e normativa, FRIEDMAN afirma:

“Economia Positiva é um princípio independente de qualquer particular posição ética ou julgamentos normativos. É a ciência do que é, e não do que deve ser. Sua função é prover um sistema de regras gerais que se possa utilizar para previsões sobre as consequências de mudanças nas variáveis exógenas. A Economia normativa, de outra parte, não pode ser independente da Economia positiva. Qualquer conclusão política necessariamente se baseia na previsão das consequências de realizar uma dada ação e não outra, a qual deva implícita ou explicitamente — estar baseada em economia positiva.

Friedman, entretanto, aceita que “não existe uma relação de um para um” entre elas, pois de outra forma não haveria ciência normativa. Como se pode inferir das citações apresentadas, não existem muitas diferenças entre estas formulações de Economia positiva e normativa e sobre as relações entre elas. A controvérsia realmente surge com relação ao problema de testar as teorias — a confrontação dos resultados da análise com a observação da realidade.

Dois pontos de vista radicais são encontrados no “apriorismo radical” e no “ultraempirismo”. O primeiro sustenta que a teoria econômica é simplesmente um sistema de deduções lógicas a partir de uma série de postulados que não comportam uma verificação empírica, ou mesmo um apelo à experiência

objetiva. Em flagrante contraste se encontra o ultraempirismo, que se recusa a admitir quaisquer postulados ou hipóteses que não possam ser verificadas direta e isoladamente. O ultraempirismo, em outras palavras, pede fatos e não hipóteses. Como representante da primeira corrente encontra-se Lionel Robbins, que na segunda edição de seu **Essay on the Nature and Significance of Economic Science**, afirma:

“As proposições da teoria econômica, como de todas as teorias científicas, são obviamente deduções baseadas em uma série de postulados. E o cerne destes postulados são hipóteses envolvendo fatos da experiência, simples e indiscutíveis, relacionados com a forma pela qual a escassez de bens, que é o próprio objeto de nossa ciência, se mostra no mundo da realidade”

Após descrever alguns destes postulados relacionados aos objetivos humanos, à escolha dos meios e às possibilidades tecnológicas e psicológicas de produção e consumo, conclui:

“Estes não são postulados cuja contraparte na realidade admita extensa discussão, desde que sua verdadeira natureza seja plenamente estabelecida. Nós precisamos de experimentos controlados para estabelecer sua validade: são fatos de nossa experiência diária, de forma que basta serem apresentados para serem reconhecidos como óbvios”

Os representantes dos ultraempiristas são os escritores da Escola Histórica e os Institucionalistas Americanos. Entre eles, um lugar importante é ocupado por Mitchell, que passou toda sua vida coletando dados estatísticos na esperança de que eventualmente fornecessem algumas hipóteses explicativas. A maioria dos economistas, entretanto, sempre esteve no meio do caminho entre estas duas correntes radicais. A controvérsia existente, como se verá, é uma questão de ênfase. Podemos agora analisar as idéias de Friedman. Para ele,

“A Economia positiva não pode ser testada pela comparação de suas hipóteses diretamente com a realidade. Na verdade, não existe uma forma para isso se realizar. O realismo absoluto é claramente impossível, e a questão sobre o realismo da teoria só pode ser decidida observando se suas predições são suficientemente boas em relação ao

propósito da análise, ou se são melhores que as previsões de teorias alternativas. Entretanto, a crença de que uma teoria possa ser testada pelo realismo de suas hipóteses, independentemente da precisão de suas previsões, é bastante difundida e é fonte de perenes críticas de irrealismo à teoria econômica () O único teste válido sobre uma hipótese é a comparação de suas previsões com a experiência. A hipótese é rejeitada caso suas previsões sejam contraditas (negadas frequentemente ou mais comumente que as previsões de hipóteses alternativas), e é aceita caso suas previsões sejam confirmadas”

Mas Friedman concede que a indagação importante a fazer sobre as hipóteses de uma teoria “não é se elas são descritivamente realistas, pois nunca o são, mas se são suficientemente boas aproximações em vista do propósito da análise” E mais, “o importante problema em conexão com as hipóteses é especificar as circunstâncias nas quais [o modelo] funciona, ou mais precisamente, a magnitude do erro nas suas previsões sobre as várias circunstâncias”.

Friedman parece, segundo NAGEL [12], um pouco confuso a respeito do conceito de **irrealismo** de suas hipóteses. Se por irrealismo se entender, ou a necessária abstração de alguns aspectos da realidade para seu adequado e simples tratamento analítico, ou a formulação de “tipos ou condições ideais”, isto é, puras conclusões teóricas ou intelectuais, em ambos os casos não se deve criticar teorias por irrealismo, mas deve-se sempre ter em mente as limitações inerentes a tal procedimento e cautela e prudência no uso das conclusões teóricas.

No caso específico de formulação de “tipos ou condições ideais”, não se pode testar nem as hipóteses nem as conclusões em relação ao mundo real. A teoria só vale, rigorosamente, nas condições propostas pelo modelo. Por exemplo, a lei da gravidade só tem validade absoluta nas circunstâncias estabelecidas pelos postulados; isto no entanto não nos impede de prever o que ocorrerá com um piano que caia do 8.º andar, especialmente se estivermos na calçada e embaixo do referido instrumento musical.

Entretanto, se por “irrealismo” se entender uma proposição claramente falsa ou altamente improvável, em vista da

evidência disponível, não só é possível como necessário criticar e rejeitar qualquer teoria que nela se baseie. Esta aparente despreocupação de Friedman com o conteúdo e veracidade das hipóteses na construção teórica é criticada por Koopmans que afirma:

“Antes que possamos aceitar o ponto de vista de que discrepâncias óbvias entre os postulados de comportamento e o comportamento diretamente observado não afetam o poder de previsão de implicações específicas dos postulados, precisamos entender porque estas discrepâncias não importam”

Isto é da maior importância em uma ciência como a Economia, onde as oportunidades de verificação das previsões e das implicações derivadas dos postulados são escassas e onde o resultado dessa verificação permanece muitas vezes incerto. As dificuldades de verificação parecem devidas tanto à virtual impossibilidade de experimentos científicos, em condições próximas à vida real, quanto à presença de muitos fatores simultaneamente influenciando a vida econômica. Nessas condições devemos explorar toda evidência possível, seja direta ou indireta, isto é, testando, quando possível, não só as conclusões como também as hipóteses da análise. Se em comparação com outras ciências, a Economia tem maiores dificuldades e obstáculos quase intransponíveis para a frutífera experimentação em condições de laboratório, as oportunidades de direta introspecção ou direta observação dos indivíduos que tomam as decisões são uma necessária fonte de evidências que, sob certos aspectos, pode compensar as referidas dificuldades.

“Nós não podemos nos sentir confiantes ao agir baseados no conhecimento econômico enquanto suas deduções não reconciliarem os padrões de comportamento individual diretamente observados com tais implicações para a economia com um todo, da forma pela qual nos encontramos aptos a testá-los” (V. [7]).

Existe outro importante ponto. As posições de Robbins e de Friedman são cientificamente conservadoras. Sejam os postulados colocados acima de qualquer dúvida, sejam as dúvidas relativas a seu realismo suprimidas pela proposição de que a

verificação precisa e deve ser confinada a seus efeitos mais distantes, a consequência consistirá em dar à teoria econômica uma aparência de invulnerabilidade nem justificada nem desejável. Considerações desta ordem e o fato de que nem os postulados são evidentes por si mesmos, nem as implicações de vários conjuntos de postulados são efetivamente testados pelas observações, levaram Koopmans a sugerir que

“() nós devemos olhar para a teoria econômica como uma sequência de modelos conceptuais que almejam expressar, de forma simplificada, diferentes aspectos de uma realidade muito mais complexa. De início estes aspectos são formalizados, sempre que possível, de forma isolada, posteriormente em combinações de crescente realismo. Cada modelo é definido por um conjunto de postulados de que se extraem conclusões na medida considerada razoável em relação aos aspectos da realidade expressos pelos postulados. O estudo de modelos simplistas protege-se da pecha de irrealismo pela consideração de que estes modelos devem ser encarados como protótipos dos modelos subsequentes mais realistas, mas também mais complicados. A coleção desses conjuntos de argumentos, representados por esses modelos e completados com sucesso, pode ser vista com o conteúdo lógico da teoria econômica, como o repositário de conhecimentos econômico.

Nesse sentido a Teoria Econômica é um processo cumulativo de construção de conhecimento que nos fornece um conjunto de informações extremamente úteis para tomar decisões. Nesta perspectiva, Koopmans sugere que “a melhor proteção contra a superestimação da aplicabilidade das proposições econômicas é cuidadosa enumeração das premissas nas quais elas se baseiam”

A afirmativa de que uma hipótese só pode ser julgada pela verificação empírica de suas conclusões também pode ser criticada pelas características dos testes aplicados em economia. Como o critério comumente utilizado de aceitação ou rejeição de hipóteses econômicas é estatístico, nenhuma refutação ou confirmação pode ser final. O teste estatístico é essencialmente um “jogo contra a natureza”: se estivermos mais desejosos de aceitar hipóteses falsas do que de rejeitar hipóteses corretas, basta aumentar o nível de significância pelo qual as testamos;

de outro lado, se estivermos mais preocupados com a rejeição de hipóteses verdadeiras do que com a aceitação de hipóteses falsas, basta reduzir o nível de significância dos testes. Assim, o marco divisório pelo qual começamos a aceitar hipóteses é arbitrário, e depende de nossa predisposição em obter resultados significantes, a qual, por sua vez, depende do número de hipóteses alternativas já disponíveis na mesma área. Em suma, o grau de confirmação oferecido pela evidência empírica em economia é, ele próprio, um juízo de valor entre probabilidade de hipóteses alternativas.

Apliquemos agora estas idéias a um importante problema de nossos dias: a alternativa entre inflação e desemprego. Em seu livro, R. LIPSEY [10] apresentou este problema como exemplo de uma proposição econômica positiva. Caso se aceite o ponto de vista de Friedman sobre metodologia, cada teoria deve ser julgada por suas predições. Lipsey seguiu este método, e como seu trabalho empírico [11], bem como o de muitos outros economistas, mostrou existir alternativa (“trade-off”), ele aceitou sua existência ou, ao menos, não a rejeitou. Friedman, por sua vez, negando seus próprios princípios metodológicos, e baseando a análise no realismo de suas hipóteses, escreveu em 1966 [2] um artigo onde “prova” não existir tal alternativa (“trade-off”) entre inflação e desemprego. Este seria um resultado normal segundo os princípios metodológicos de Robbins, mas não os de Friedman. Por sinal, muitos dos pontos de vista de Friedman parecem baseados, não na verificação empírica das predições de suas teorias, mas em sua fé nas hipóteses subjacentes.

Contradições similares aparecem entre os economistas clássicos e neoclássicos. Apesar do autoritário pronunciamento de J. S. Mill de que “é indispensável verificar cuidadosamente nossa teoria, pela comparação dos resultados que ela nos levaria a prever, com os mais fidedignos dados que possamos obter dos eventos que efetivamente se realizaram”, nenhum esforço sistemático foi feito para testar as doutrinas clássicas contra o material estatístico que tinha se acumulado durante a segunda metade do século XIX. E quando havia alguma contradição entre a teoria e a realidade, a defesa habitual consistia em atribuí-la à atuação de “tendências em sentido contrário”, mas sem efeitos sobre o resultado final que haveria de ocorrer mais cedo ou mais tarde.

De acordo com a análise de BLAUG [1], o mesmo se aplica a Marx:

“Sua tendência em atribuir todas as discrepâncias entre sua teoria e os fatos a ‘contradições internas’ dialéticas do capitalismo o proveu de uma perfeita válvula de escape contra a refutação. Adicionalmente Marx foi um perfeito mestre da ‘falácia apocalíptica’: existem leis do movimento que são confirmadas pela evidência, ao menos, certamente, se ‘tendências em sentido contrário’ estiverem presentes, em cujo caso a evidência empírica irá, no futuro, confirmar a lei em questão”

Os economistas neoclássicos, por sua vez, utilizavam em seus modelos variáveis endógenas, por exemplo utilidade, que frequentemente eram incapazes de ser mesmo em princípio observadas, e muitos dos teoremas por eles derivados não podiam ser empiricamente testados. Pode-se apontar três razões principais para tal. Primeiro, os modelos desenvolvidos não eram estocásticos. Segundo, o caráter microeconômico da análise tornou difícil o teste empírico, pois a maioria dos dados estatísticos disponíveis era de natureza agregativa. Adicionalmente, as regras para tratar certas variáveis como exógenas eram constantemente violadas. É óbvio que gostos, população e tecnologia não somente afetam, como também são afetados pelas variáveis endógenas típicas, além de se relacionarem umas com as outras. A excusa para este procedimento é a “facilidade de tratamento analítico e conveniência expositiva” Mas a tendência e tentação para extrair da análise mais inferências e conclusões do que é possível e justificado, dadas as simplificações, parece irresistível. Ambiciosas proposições sobre a desejabilidade da concorrência perfeita foram alinhadas sem cautela.

Em conclusão, verifica-se que, a despeito da aceitação geral de que proposições econômicas (e as hipóteses, para muitos) devam ser testadas empiricamente, pouco se caminhou nesta direção. E muitas vezes, quando a verificação é efetuada, os resultados ou são inconclusivos, ou não são aceitos por todos os economistas. Como se discutiu acima, existem razões para tal fato, mas a idéia geral de que as proposições econômicas devam, tanto quanto possível, serem testadas é, na opinião da maioria, correta. Deve-se precaver, no entanto, de que isso não implica, ao menos como um fato de vida, no único critério para a aceitação de teorias na ciência econômica.

3. DEFINIÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA

SAMUELSON, na oitava edição de **Introdução à Análise Econômica** [13], após apresentar seis sucintas definições de Economia, acrescenta:

“Os economistas atuais concordam com uma definição mais ou menos como a seguinte: Ciência Econômica é o estudo de como o homem e a sociedade decidem, com ou sem o uso de moeda, empregar recursos produtivos escassos, os quais podem ter usos alternativos, para produzir bens e serviços ao longo do tempo e distribuí-los para consumo, agora e no futuro, entre as várias pessoas e vários grupos da sociedade. Ela analisa os custos e benefícios da melhoria das configurações na alocação de recursos”.

Esta definição é bastante similar à apresentada por Jevons há quase um século, e corresponde ao tema central de teoria econômica que tem se desenvolvido e estudado nos países ocidentais ou, usando a terminologia marxista, esta é a “teoria econômica burguesa” Entretanto, como se argumentou na primeira parte deste trabalho, muitos autores não concordam com esta definição. É seu pensamento que Economia, caso seja possível ou desejável separá-la das demais ciências sociais, deve se preocupar com relações mais amplas ou em pesquisar “problemas mais fundamentais” Entendem que estudar apenas o comportamento de mercados, sem analisar as origens e consequências das atividades econômicas e sua interação, revelará muito pouco sobre elas, e especialmente sobre sua evolução histórica.

Outros autores têm argumentado que, desde que a atividade econômica é somente uma parte da atividade humana, não sendo um fim em si mesma, mas um meio para obter outros fins, deve se realizar de tal forma que seja respeitada sua natureza de meio e que contribua para o desenvolvimento integral da pessoa humana.

Somos da opinião de que não existem razões básicas para que estes problemas não sejam estudados pela Ciência Econômica. A atividade econômica apresenta não apenas aspectos positivos e operacionais, mas também componentes normativos,

e ambos são relevantes para análise. Por uma questão de conveniência analítica, sua distinção é muitas vezes recomendável, e mesmo indispensável. Entretanto, no caso de recomendações políticas e no julgamento e avaliação do desempenho econômico, ambos devem ser considerados.

Nesta linha de pensamento, a seguinte definição de economia nos parece mais adequada. Wilhelm Dilthey, usando a distinção entre cultura e natureza, divide as ciências em:

- i. Ciências naturais: que estudam a natureza como ela se apresenta.
- ii. Ciências culturais: que estudam a transformação da natureza pelos homens.

Em economia esta transformação ou participação é representada pela organização da produção e consumo de bens e serviços. Assim, pode-se definir a Ciência Econômica como uma ciência cultural que estuda a atividade humana relacionada com a organização social da produção e consumo de bens e serviços.

Concluindo, é necessário fazer duas observações sobre a definição acima apresentada. Em primeiro lugar, não se considera a distribuição entre pessoas e regiões dos bens e serviços como um problema distinto de seu consumo. Ao se estudar o consumo, implicitamente se está estudando sua distribuição. Esta é a razão pela qual a distribuição da produção e da riqueza não foi incluída na definição, mas isso não deve significar que este problema seja relegado a um plano inferior. Em segundo lugar, a definição apresentada deve ser entendida em um contexto amplo e dinâmico, dado que inclui não somente o problema estático de alocação de recursos, como no caso da definição neoclássica, mas igualmente as atividades humanas e sociais em sua dimensão histórica e cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] **BLAUG, Mark** — «**Economic Theory in Retrospect**». Richard D. Irwin, Inc., edição revista, 1969.
- [2] **FRIEDMAN, Milton** — «**Comment**» in G.P. Shultz e R.Z. Aliber, (eds.) — **Guidelines, Informal Control and the Market Place**, 1966.
- [3] ————— — «**The Methodology of Positive Economics**» in Breit, W. e Hochman, H. (eds.) — **Readings in Microeconomics**, Holt, Rinehart & Winston: 1966.
- [4] **GIDE, C. e RIST, C.** — «**A History of Economic Doctrines**», 1949.
- [5] **HICKS, J.R.** — «**Value and Capital**», 2.^a edição, Oxford University Press: 1939.
- [6] **JEVONS, W. Stanley** — «**The Theory of Political Economy**», Mc Millan & Co: 1871.
- [7] **KOOPMANS, T.C.** — «**The Construction of Economic Knowledge**», in **Three Essays on the State of Economic Science**, Mc Graw-Hill Book Co: 1957.
- [8] **LANGE, O.** — «**The Scope and Method of Economics**», **Review of Economic Studies**, vol. XIII.
- [9] ————— — «**Marxian Economics and Modern Economic Theory**» — **Review of Economic Studies**, junho, 1935.
- [10] **LIPSEY, R.G.** — «**An Introduction to Positive Economics**», Weidenfeld & Nicolson: 1966.
- [11] ————— — «**The Relation Between Unemployment and the Rate of Change in Money Wages**», **Economica**, nov., 1960.
- [12] **NAGEL, E.** — «**Assumptions in Economic Theory**», in Breit e Hochman (eds.) — **Readings in Microeconomics**. Holt, Rinehart & Winston: 1966.
- [13] **SAMUELSON, Paul** — «**Introdução à Análise Econômica**», 8.^a edição, Harvard University Press: 1975.